

INVESTIGAÇÃO

Braga Netto pede depoimento

Ex-ministro é suspeito de integrar uma trama golpista com o objetivo de manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder. Novo advogado do militar descarta acordo de delação premiada e rebate depoimentos do tenente-coronel Mauro Cid

» VANILSON OLIVEIRA

Isac Nóbrega/PR



Militar trocou de defesa em momento decisivo: às vésperas da apresentação da denúncia da Procuradoria-Geral da República

O general Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil no governo Jair Bolsonaro, pediu para prestar depoimento “imediatamente” à Polícia Federal (PF) sobre a suposta trama golpista para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A informação foi confirmada pelo advogado José Luís de Oliveira Lima, que assumiu a defesa do caso a pedido da família do militar.

De acordo com o criminalista, Braga Netto está “sereno” diante das acusações, mas considera a situação desconfortável e busca esclarecer os fatos. O jurista disse que o ex-ministro está confiante e terá a inocência provada.

“Ele respeita o Judiciário e confia que sua inocência será provada, tanto que pediu para depor imediatamente”, afirmou Lima. “Nosso primeiro ato foi pedir para que ele seja ouvido pela Polícia Federal para esclarecer todas as mentiras e restabelecer a verdade”, completou.

A defesa de Braga Netto destacou que o general, que optou pelo silêncio em depoimentos anteriores, agora quer se pronunciar para responder às acusações. O advogado que representa o militar também negou qualquer intenção de fechar um acordo de delação premiada: “Ele não irá celebrar nenhum acordo, uma vez que não praticou nenhum ilícito”, declarou.

O general foi preso no sábado passado por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), sob suspeita de obstrução de Justiça em investigações sobre a articulação de um golpe de Estado para reverter o resultado das eleições de 2022 — em que Jair Bolsonaro foi derrotado. Braga Netto era vice na chapa presidencial.

A operação da PF também indiciou outras 36 pessoas, entre elas, o ex-presidente Jair Bolsonaro e o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência.

O objetivo da defesa de Braga

Netto é contestar a delação do militar, que indicou o ex-ministro como um dos articuladores do plano golpista. “A delação do Mauro Cid consegue ser pior do que as piores ilegalidades da Lava-Jato”, disse o advogado José Luís de Oliveira Lima. “Seu acordo deveria ter sido rescindido faz tempo, ele muda de versão a toda hora. É uma ficção que, no momento oportuno, será desmascarada”, afirmou.

Em andamento

Mauro Cid relatou à Polícia Federal que Braga Netto teria discutido a trama em uma reunião com militares da elite do Exército, conhecidos como “kids pretos”, e que teria repassado uma sacola com dinheiro para financiar ações antidemocráticas. Sobre

essas alegações, Lima foi direto: “Ele é um homem desesperado e, para não pagar pelos seus erros, imputou condutas inexistentes ao general Braga Netto”, disse.

Os investigadores analisam também o material apreendido na casa de Braga Netto, incluindo o conteúdo de seu celular, antes de marcar o depoimento do general. A defesa argumenta que a oitiva é essencial para “restabelecer a verdade” e desmentir as acusações.

A prisão de Braga Netto foi ordenada no contexto das investigações sobre uma suposta conspiração para manter Jair Bolsonaro no poder após sua derrota eleitoral, em 2022. Além de planejar deslegitimar o processo eleitoral, o grupo é acusado de financiar atos antidemocráticos

que culminaram nos ataques de 8 de janeiro de 2023 às sedes dos Três Poderes, em Brasília.

Nova defesa

O criminalista José Luís Oliveira Lima assumiu o caso de Braga Netto em um momento decisivo da investigação: às vésperas da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR). Ele é um dos criminalistas mais prestigiados do país, com trânsito nos tribunais superiores, pois trabalhou em casos de grande repercussão.

Lima defendeu processos envolvendo nomes como o ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente da Caixa Pedro Guimarães e o humorista Marcius Melhem — acusado de assédio.

Auxílio turbinado está suspenso

O corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, suspendeu, ontem, o pagamento do “vale-ceia” de mais R\$ 10 mil a desembargadores e servidores do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJ-MT). O provimento que estabeleceu o benefício foi publicado no Diário de Justiça de quarta-feira.

A decisão de Campbell destaca que, a partir de janeiro, o valor do auxílio-alimentação deve retornar ao montante regular de R\$ 2 mil. O magistrado havia notificado a desembargadora Clarice Claudino da Silva, presidente do TJ-MT, a prestar explicações.

O benefício turbinado foi anunciado após os juízes se mostrarem insatisfeitos com a PEC do corte de gastos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que põe em risco penduricalhos que engordam seus subsídios para muito além do teto do funcionalismo.

O Tribunal de Mato Grosso tem 320 magistrados. O pagamento ao auxílio-alimentação, apenas para eles, vai custar R\$ 3,2 milhões. O aumento no benefício foi autorizado pela desembargadora Clarice Claudino da Silva, presidente do Conselho da Magistratura, em provimento publicado no Diário de Justiça.

O ato administrativo informa que o valor é “excepcional” e válido exclusivamente para o mês de dezembro. A partir de janeiro de 2025, o benefício será de R\$ 2 mil. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso está entre os tribunais que mais gastam com juízes e desembargadores. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que administra o Poder Judiciário, mostram que, em 2023, cada magistrado de Mato Grosso custou em média R\$ 116,6 mil por mês.

O valor excede o limite constitucional do teto salarial dos servidores, que hoje é de R\$ 44 mil, balizado pela remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). (Agência Estado)



Nosso primeiro ato foi pedir para que ele seja ouvido pela Polícia Federal para esclarecer todas as mentiras e restabelecer a verdade”

José Luís de Oliveira Lima, novo advogado de Braga Netto

STF realiza última sessão do ano

» RENATO SOUZA

Antonio Augusto/STF



Presidente da Corte destacou volume de processos recebidos em 2024. Oito ministros seguirão trabalhando

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, conduziu, ontem, a última sessão plenária do ano. Na ocasião, ele destacou que recebeu, em 2023, 80 mil processos (com 20 mil em andamento) e afirmou que o acervo da Corte é o menor em 30 anos. Com o início do recesso forense, os trabalhos serão retomados em 1º de fevereiro.

“Um terço dos novos processos corresponde às classes originárias. Tivemos uma redução no número de recursos recebidos no tribunal. A redução ocorre apesar dos sucessivos recordes de novos processos registrados no Poder Judiciário no Brasil. A gestão de precedentes tem evitado a subida de recursos por meio de demandas repetitivas nos tribunais locais e nos tribunais superiores”, disse.

Barroso também afirmou que o número de reclamações apresentadas no Supremo aumentou. “Tivemos, em 2023, 7 mil reclamações. Em 2024, esse número passou para 10 mil. Em parte, é uma consequência de este tribunal ter se tornado um tribunal de precedentes e esses precedentes serem vinculantes. A notícia boa é que nós estamos com 20 mil processos em tramitação, o menor acervo da história do Supremo nos últimos 30 anos”, ressaltou o magistrado.

Até a volta do Supremo, apenas decisões em caráter de plantão, de casos mais urgentes, serão tomadas. Oito ministros

decidiram continuar trabalhando durante o recesso, como é o caso do ministro Alexandre de Moraes, relator de inquéritos que apuram fake news e ataques contra as instituições e a investigação sobre a suposta tentativa de golpe de Estado após o resultado das eleições de 2022.

Moraes informou que não vai tirar férias e continuará atuando e decidindo nos processos que estão em seu gabinete. Os

ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e André Mendonça também continuarão trabalhando normalmente. Flávio Dino e Carmen Lúcia vão atuar em processos específicos.

Luís Roberto Barroso e Edson Fachin, vice-presidente do tribunal, vão se revezar no comando do STF durante o período de recesso. De acordo com o regimento interno, cabe ao presidente da Corte a tomada de decisões urgentes caso

o magistrado relator esteja com as atividades suspensas.

Os prazos processuais, como para apresentação de recurso, manifestações e outros atos jurídicos ficam suspensos durante o período. Um dos temas que devem voltar ao plenário no início do ano no Judiciário, em 2025, será a decisão sobre a responsabilidade dos provedores de internet por conteúdo publicado pelos usuários. O julgamento foi suspenso por um



Tivemos, em 2023, 7 mil reclamações. Em 2024, esse número passou para 10 mil. Em parte, é uma consequência de este tribunal ter se tornado um tribunal de precedentes e esses precedentes serem vinculantes. A notícia boa é que nós estamos com 20 mil processos em tramitação”

Luís Roberto Barroso, presidente do STF

pedido de vista do ministro André Mendonça, mas deve ser retomado em fevereiro.

A expectativa é de que também ocorra a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra acusados de articular uma trama golpista nas primeiras semanas após o retorno do recesso em 2025. Por outro lado, existe a possibilidade de que mais diligências sejam solicitadas pelo órgão.

Inquérito arquivado

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou o inquérito contra o senador Renan Calheiros (MDB-AL), no qual o político é acusado de aceitar propinas em um esquema de desvio de recursos do Postalís, fundo de pensão dos Correios.

A justificativa do magistrado é que não há provas que imputem crimes a Renan Calheiros, sob a investigação vigente desde 2007, quando um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) revelou movimentações milionárias e irrisionárias com a receita do lobbista Milton Lyra.

“Verifica-se, objetivamente, o transcurso de longuíssimo prazo sem que fosse obtido indícios de autoria ou prova de materialidade delitiva de crimes por parte do investigado com prerrogativa de foro (Calheiros)”, escreveu Dino, na decisão.

A Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República (PGR) apontaram que não havia provas suficientes que ligassem Renan Calheiros ao crime e que o caso não devia estar no STF, já que não há mais autoridades com foro privilegiado arroladas ao caso.

O inquérito foi prorrogado por 14 vezes durante esses mais de 10 anos da investigação. O ministro Flávio Dino recebeu os pedidos de revisão e enviou o processo à Justiça do Distrito Federal, órgão que dará continuidade às investigações contra outros investigados. (Agência Estado)